



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E À DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

GILLIANE BENTO DE SOUZA

**LEITURA E ESCRITA NA EJA:
POR UM LETRAMENTO QUE “NOS AJUDE A APRENDER MAIS DO
QUE A GENTE JÁ SABE”**

**GUARABIRA – PB
2014**

GILLIANE BENTO DE SOUZA

**LEITURA E ESCRITA NA EJA:
POR UM LETRAMENTO QUE “NOS AJUDE A APRENDER MAIS DO
QUE A GENTE JÁ SABE”**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Ma. Luana Francisleyde Pessoa de Farias

**GUARABIRA – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S719I Souza, Gilliane Bento de
Leitura e escrita na EJA: [manuscrito] : por um letramento /
Gilliane Bento de Souza. - 2014.
46 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ms. Luana Francisleyde Pessoa de Farias,
Departamento de Educação".

1. EJA. 2. Letramento. 3. Leitura. 4. Escrita. I. Título.

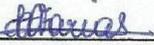
21. ed. CDD 372.4

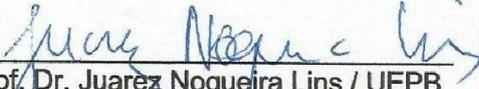
GILLIANE BENTO DE SOUZA

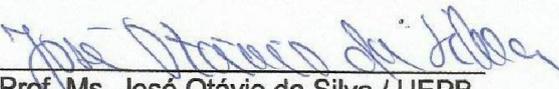
**LEITURA E ESCRITA NA EJA:
POR UM LETRAMENTO QUE “NOS AJUDE A APRENDER MAIS DO
QUE A GENTE JÁ SABE”**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 18 / 10 /2014.


Prof.^a Ma. Luana Francisleyde Pessoa de Farias / UEPB
Orientadora


Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins / UEPB
Examinador


Prof. Ms. José Otávio da Silva / UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: meus pais, Gilberto Bandeira de Souza e M^a Salete Bento de Souza, os quais souberam ensinar-me a ser uma pessoa determinada e persistente. Ensinaram-me, também, de maneira singela, que a Educação é a maior conquista que o ser humano pode alcançar. E aos meus estimados mestres que engrandeceram minha formação pessoal e provocaram o desejo de ser professora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter iluminado todos os momentos da minha vida, principalmente, nos momentos mais difíceis.

À minha família, que me apoiou e me ajudou nos momentos que eu mais precisei, especialmente as minhas irmãs Gilberlane, Gillane e Gilcelane, pelo companheirismo, amizade e paciência.

Às amigas construídas no decorrer do curso e a todos aqueles que me forneceram textos, dicas e conversaram comigo sobre este trabalho.

À professora Luana Francisleyde Pessoa de Farias, pelo incentivo e companheirismo na elaboração deste trabalho.

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar o letramento na Educação de Jovens e Adultos, a partir do discurso dos principais sujeitos envolvidos, professores e alunos, a fim de discutir as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e a sua contribuição para o desenvolvimento da aprendizagem. Tal análise parte do princípio de que o letramento é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada indivíduo, ou seja, propicia melhores condições e oportunidades de uma vida mais digna e próspera. Sendo assim, este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo feita com três professores e três alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Jardimilina Cruz Pereira, localizada na zona rural do município de Mulungu-PB a fim de averiguar as práticas utilizadas pelos educadores. A base teórica está fundamentada, principalmente, em Kleiman (1995) Soares (2010), Freire (1996; 2005), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e Hall (2001). Ao fim do estudo, concluímos que os educadores buscam estratégias para contribuir na ampliação do letramento de seus educandos, as quais despertam e proporcionam mais interesse e prazer em suas aulas a partir das práticas de leitura e escrita que consideram o contexto do educando.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Letramento. Leitura. Escrita.

ABSTRACT

This work aims to analyze the literacy in the Youth and Adult Education, from the discourse of the main subjects involved, teachers and students, to discuss the pedagogical practices developed at school and their contribution to the development of learning. This analysis assumes that literacy is essential for personal and professional development of each individual, ie, allows for better conditions and opportunities in a more dignified and prosperous life. Thus, this work was developed from the literature and field research with three teachers and three students from State Elementary School Jardimina Cruz Pereira, located in the rural municipality of Mulungu-PB to ascertain the practical used by educators. The theoretical basis is based mainly on Kleiman (1995) Smith (2010), Freire (1996, 2005), the National Curricular Parameters (1997) and Hall (2001). At the end of the study, we conclude that educators seek strategies to contribute to the expansion of literacy of their students, which awaken and provide more interest and enjoyment in their lessons from the practices of reading and writing that consider the context of the learner.

KEYWORDS: EJA. Literacy. Reading. Writing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	11
3 LETRAMENTO.....	20
3.1 Práticas de leitura na escola.....	24
3.2 Práticas de escrita na escola.....	27
4 O DIZER DOS EDUCADORES E EDUCANDOS SOBRE O LETRAMENTO ESCOLAR NA EJA.....	30
4.1 Caracterização da pesquisa.....	30
4.2 Apresentação do questionário.....	30
4.2.1 O que dizem os educadores?.....	31
4.2.2 O que dizem os educandos?.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da educação básica, ou seja, ela é destinada a um público que por alguma razão foi privado/excluído do processo de escolarização durante a sua infância ou adolescência, dessa maneira, ela pode ser considerada um campo complexo, porque não envolve apenas o processo pedagógico, mas também fatores que vão além dos aspectos educacionais.

Por essa razão, este trabalho irá abordar o letramento na EJA, a partir do discurso dos principais sujeitos envolvidos, educadores e educandos, a fim de discutir as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e a sua contribuição para o desenvolvimento da aprendizagem. Nesse sentido, enfocaremos as práticas de leitura e escrita de um público que, muitas vezes, não domina a leitura e a escrita convencionalmente, habilidades de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem e atuação na sociedade.

Daí a importância da leitura e da escrita, pois elas possibilitam a capacidade do criar e do recriar conhecimentos acerca do meio social e, assim, os educandos tornam-se seres questionadores e críticos em uma sociedade que tanto discrimina pessoas que não tiveram oportunidades de frequentar uma escola na idade certa.

Para aprofundar esta questão será de fundamental importância analisar o contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos; discutir sobre o letramento: prática de leitura e escrita, além de averiguar as práticas pedagógicas utilizadas na escola. Este trabalho busca através de pesquisa bibliográfica e de campo a discussão referente aos conhecimentos que permitam a compreensão crítica dos novos estudos acerca do letramento, com vistas para isso, os aportes teóricos serão Kleiman (1995), Soares (2010), Freire (1996; 2005), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Hall (2001), dentre outros.

Com base nas contribuições teóricas, elaboramos dois questionários para aplicar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Jardimilina Cruz Pereira, localizada na zona rural do município de Mulungu-PB. Mais especificamente, participaram da nossa pesquisa 3 (três) professores e 3 (três) alunos do 1º ano do turno da noite. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativo-interpretativa, pois analisaremos o

que dizem os docentes e discentes com relação aos desafios presentes no domínio da leitura e escrita na modalidade EJA.

Organizamos, portanto, este trabalho da seguinte forma: inicialmente, apresentamos a discussão teórica sobre algumas considerações a respeito da Educação de Jovens e Adultos; posteriormente, tecemos considerações sobre as práticas de leitura e escrita na escola, ou seja, o letramento escolar; no quarto capítulo, apresentamos os resultados e discussões dos dados coletados através dos questionários respondidos pelos alunos e professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Jardimilina Cruz Pereira, com relação às práticas pedagógicas utilizadas para proporcionar a ampliação do letramento dos discentes pertencentes à modalidade EJA; por fim, as considerações finais e as referências utilizadas na elaboração deste trabalho.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É recente a denominação educação de jovens e adultos no país, entretanto, desde o período colonial, no Brasil, já existiam iniciativas dos jesuítas com relação à educação, as quais eram voltadas para a catequese e adaptação dos jovens e adultos às investidas do colonizador. Também os jesuítas preparavam os adolescentes e adultos para trabalharem nas aldeias em atividades manuais. Eles transmitiam esses conhecimentos basicamente pela oralidade, visto que a população não tinha acesso à escola e nem à escrita.

A educação no período colonial, logo, não estava voltada para a formação cidadã dos sujeitos como nos dias atuais, mas sim para catequizá-los e torná-los seres capazes de produzirem algo que os colonizadores considerassem convenientes. Conforme Soek, Haracemiv e Stoltz (2009, p. 07),

Desde o Período Colonial ocorreram as primeiras iniciativas de educação de adultos no Brasil, as quais tiveram início com a presença dos jesuítas, mas não houve prioridade para a educação dos indígenas e negros adultos.

Assim, os primeiros alfabetizadores foram jesuítas que visavam formar a população com base nos princípios religiosos, transmitindo normas de comportamento e ensinando ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial.

Em 1759, a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil e um dos responsáveis por essa expulsão foi o Marquês de Pombal¹, segundo Brennand e Rossi (2009, p. 210): “o motivo principal de conduzir a expulsão dos jesuítas no Brasil foi a seguinte: eles educavam o cristão a serviço da ordem religiosa, e não, dos interesses do país”. Desta maneira, percebe-se que objetivo esperado pela coroa portuguesa não era igual os dos jesuítas, isto é, religioso, mas sim, proporcionar as pessoas conhecimentos que, por meio desses, melhorassem as condições financeiras de Portugal, no entanto, com a saída dos jesuítas não houve melhores resultados na

¹ Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal foi secretário de estado do Reino (primeiro-ministro) do Rei D. José I, que durante 27 anos, comandou a política e a economia portuguesa.

educação, deixando a população analfabeta, ou seja, não tinha professores, em especial, os das primeiras letras, várias escolas foram fechadas e as bibliotecas dos conventos foram abandonadas ou destruídas. Moura (2003, p. 27) esclarece que

com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo marquês de pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior.

É notável que a escola pública no Brasil, na reforma Pombalina, era direcionada apenas a uma pequena parte da população, a qual se enquadrava apenas os mais favorecidos economicamente.

Em contrapartida, a primeira Constituição Brasileira, ocorrida no ano de 1824, faz referência à educação gratuita para todas as pessoas, entretanto, nesse período, a educação no Brasil ainda estava voltada exclusivamente para elite. Por isso, aos poucos foi aumentando o número de pessoas analfabetas no país, pois só as pessoas do sexo masculino e de classe rica é quem estudavam, os demais como índios, negros, pobres e mulheres não tinham direitos.

Com o passar do tempo, começaram a observar a necessidade que a população tinha para uma educação com princípios democráticos, dessa maneira, por volta de 1945, no final da ditadura de Getúlio Vargas, ocorreu um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos e também houve a criação da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), solicitando aos países que fazem parte do grupo dedicar/esforçar-se para educar a população adulta analfabeta, uma vez que esta não tinha o direito de votar por ser considerada incapaz de raciocinar e revolver problemas, e isso de certa forma era ruim para a política. Nesse sentido, Soek, Haracemiv e Stoltz (2009, p. 08) acrescentam:

A partir do ano de 1945, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, o país vivia a efervescência política da redemocratização. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e, sobretudo, incrementar a produção. Para tanto, era necessário oferecer instrução mínima à população.

Apesar de ter mudado bastante a educação, principalmente, no tocante aos adultos, no final da década de 1950, ocorreram inúmeras críticas à Campanha de Educação de Adultos por deficiências administrativas, financeiras e, também, com relação à orientação pedagógica, pois os conteúdos selecionados eram superficiais e não condizentes com a realidade dos educandos. Segundo Soek, Haracemiv e Stoltz (2009, p. 12), utilizavam métodos inadequados para a população adulta em um período muito curto e o material didático era impróprio, uma vez que era o mesmo material para todas as regiões do Brasil.

As críticas que estavam sendo abordadas eram condizentes com a realidade que o Brasil estava passando, principalmente, por que as pessoas não estavam tendo um ensino de qualidade, que permitissem aos educandos um olhar crítico perante o seu meio social.

Também, nessa época, surgiu um novo paradigma para a educação de adultos, o qual tinha como referência as práticas de alfabetização do estudioso Paulo Freire. Este buscava estratégias metodológicas que permitissem um ensino voltado para a realidade do aluno, ou seja, que fossem condizentes com o seu meio social. No entanto, o que faltava era apenas um instrumento mais eficaz para sua realização. A partir de então, Paulo Freire passa a coordenar as atividades do MEC (Ministério da Educação e Cultura) no campo da Educação Popular e da Alfabetização de Adultos. Nesse sentido, ele afirma:

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda a prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que ensinando, aprende, o outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; e envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideias. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática, de não poder ser neutra (FREIRE, 2007, p. 69-70).

Para obter uma aprendizagem significativa, é necessário, como ficou nítido nas palavras de Freire, que os educadores reconheçam a importância da valorização de cada indivíduo, pois este vive constantemente aprimorando seu conhecimento, não necessariamente lendo e escrevendo convencionalmente, visto que cada pessoa possui seu conhecimento e este é transmitido à medida que tem contato com outras pessoas. Daí a necessidade do educador proporcionar, em suas aulas, conteúdos, metodologias, objetivos que proporcionem um despertar e um desenvolvimento satisfatório na aprendizagem dos seus alunos.

Por isso, no início de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, o qual proporcionava a disseminação de programas de alfabetização e tinha como orientador Paulo Freire. Este buscava sempre melhorar a educação, contando com a ajuda de alfabetizadores populares para a preparação do plano.

A partir da aprovação do plano, o processo educativo começou a focalizar mais a realidade do educando, de suas carências e, também, de propiciar a superação de muitos problemas ocasionados pelo analfabetismo. Porém, em 1964 com o Golpe Militar, houve uma ruptura no trabalho realizado para diminuir o analfabetismo no Brasil, pois foram proibidos os movimentos de alfabetização. Nesse período, o governo só permitiu a realização de programas voltados para seus interesses, ou seja, programas de adultos que fossem assistencialistas e conservadores, pois acreditava-se que era uma ameaça à ordem ditatorial instalada e, por esta razão, Paulo Freire foi considerado uma ameaça, sendo preso e forçado ao exílio.

Dessa maneira, por causa da grande pressão do governo, em 1966, o programa de alfabetização de adultos findou em alguns estados. Em dezembro de 1967, o próprio governo assumiu o controle dessa atividade e lançou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). O mesmo tinha como meta diminuir o número dos analfabetos, pois este era alarmante e também propiciar educação continuada aos jovens e adultos.

Observando a necessidade de dar continuidade à escolarização, foi criado, posteriormente, o Ensino Supletivo, com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 1971, que promoveu benefícios significantes para a reinserção escolar das pessoas que não tiveram oportunidades de estudarem na época certa.

Nesse contexto, a educação básica passou a ser direcionada também à educação de adultos, incorporando práticas pedagógicas que favorecessem a aprendizagem dos alunos. Para tanto, foram criados o CES (Centros de Estudos Supletivos), nos quais desenvolviam atividades baseando-se nos princípios do ensino personalizado, com metodologia própria, uma vez que, recomendava a adoção de estudo dirigido, a utilização de tecnologias como: o uso do rádio, televisão, dentre outros benefícios que acarretavam o desenvolvimento educacional do ser.

As técnicas utilizadas no desenvolvimento de alfabetização pelo MOBREAL consistiam em codificação de palavras preestabelecidas, como, por exemplo, escrever em cartazes as famílias fonéticas. As metodologias utilizadas nesse período eram muito parecidas com os modelos utilizados por Paulo Freire. Todavia, havia a diferença de que a mesma estratégia/metodologia era direcionada para todo o país, não valorizando a realidade dos indivíduos, pois tinha o intuito de ensinar a ler, a escrever e a contar, porém, não propiciava um direcionamento a tornar um ser consciente e crítico na sociedade, com enfoque na autonomia e conscientização crítica e transformadora do ser.

Os responsáveis para colaborarem com a ampliação do conhecimento das pessoas que não eram alfabetizadas passavam por um curso de capacitação e eram chamadas de monitores ou alfabetizadores não profissionais, visto que era transmitida a ideia de que as pessoas com conhecimento considerado superior àquelas que viviam na mesma comunidade deveria ensiná-lo, pois era perceptível a falta de profissionais qualificados para atuar nessa área. Assim, pensaram que tendo um bom material, acompanhado de um manual-guia para o alfabetizador, seguindo as recomendações didáticas e tendo um curso de capacitação, seria suficiente para desenvolver um trabalho pedagógico qualificado direcionado ao processo de alfabetização.

Então, ficava nítido que o método utilizado pelo MOBREAL não tinha como ponto de partida o diálogo e a realidade dos educandos, mas era constituído por lições preestabelecidas pelo contexto militar.

No ano de 1980, através da emergência dos movimentos sociais e o início da abertura política, começou a ampliar as pequenas experiências e surgir novas ações

pedagógicas, isso ocasionado pelas trocas de conhecimentos. O que possibilitou avanços no trabalho da língua escrita e nas operações matemáticas básicas.

Além disso, ocasionou autonomia nas administrações de alguns municípios e Estados com relação ao MOBREAL. Apesar de ter tido melhoria, no ano de 1985, com a redemocratização a “Nova República” extinguiu o MOBREAL e criaram a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), a qual tinha objetivos mais democráticos e proporcionava programas de alfabetização. Estes programas não eram financiados pelo governo, mas por organizações não governamentais (ONGs), entidades civis e empresas conveniadas, pois era perceptível a ausência de esforço por parte do governo, havendo uma retirada de contribuição do Estado a respeito da modalidade da educação de jovens e adultos. Como podemos visualizar nas palavras da UNESCO (2008, p. 28):

Durante a ditadura militar, a educação de jovens e adultos, promovida pelo governo, colaborou na manutenção da coesão social e na legitimação do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção. A escolarização de jovens e adultos ganhou a feição de ensino supletivo, instituído pela reforma do ensino de 1971, mesmo ano em que teve início a campanha denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização, que ficou conhecida pela sigla Mobral. Com um funcionamento muito centralizado, o Mobral espalhou-se por todo o país, mas não cumpriu sua promessa de erradicar o analfabetismo durante aquela década e, em 1985, na transição à democracia, acabou sendo extinto e substituído pela Fundação Educar. A iniciativa de maior repercussão derivada do Mobral foi o PEI – Programa de Educação Integrada –, que condensava o antigo curso primário e criava a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados e demais pessoas que dominavam precariamente a leitura e a escrita. O ensino supletivo, por sua vez, foi implantado com recursos escassos e sem uma adequada formação de professores; abriu um canal de democratização de oportunidades educacionais para os jovens e adultos excluídos do ensino regular, mas ficou estigmatizado como educação de baixa qualidade e caminho facilitado de acesso a credenciais escolares.

Entretanto, com a Constituição de 1988, o Estado ampliou sua responsabilidade com relação à educação de jovens e adultos, a qual passou a ser reconhecida e proporcionar mais oportunidades a pessoas menos favorecidas, que, por esta razão, aumentou o número de matrículas. No entanto, não houve implicação na diminuição da evasão, pois diversos fatores sociais, como: o cansaço por trabalhar o dia todo, o que acaba prejudicando significativamente o entusiasmo

pelo estudo; o material didático, muitas vezes, não condizente com a realidade dos educandos; as metodologias utilizadas pelo alfabetizador/professor não cativavam e nem despertavam o interesse dos alunos pelas aulas.

Na década de 1990, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a qual assegura a Educação de Jovens e Adultos àqueles que não tiveram acesso aos estudos em idade própria, por consequência de diversos fatores. Assegura o ensino gratuito, busca viabilizar e estimular a permanência dos educandos nas instituições de ensino, através de cursos e exames supletivos. Como enfatiza Lemos (1999, p.15):

Assim, sendo, o desafio da educação de jovens e adultos nos anos 90 é o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a finalidade de se garantir aos adultos analfabetos e aos jovens que tiveram passagens fracassadas pelas escolas o acesso à cultura letrada, possibilitando uma participação mais ativa no universo profissional, político e cultural. O desafio torna-se maior quando se pensa que o acesso à cultura letrada não significa em qualquer hipótese ignorar a cultura e os saberes que os jovens e adultos trazem como bagagem.

Nesse ínterim, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) foi implantado no governo de Fernando Collor de Melo, no final de 1990, com o intuito de diminuir o número de analfabetos em um período de cinco anos, todavia, o programa não permaneceu por um ano. Nesse período, o que mais se destacou na contribuição para a alfabetização foi o Programa Alfabetização Solidária (PAS), parceria do governo, instituições públicas e privadas. Devido à mudança de governo, o Programa Alfabetização Solidária passou a ser Alfabetização Solidária (ALFASOL), por este programa fica responsável uma ONG que continua a atender os alfabetizandos através de recursos provindos do Programa Brasil Alfabetizado.

O Programa Brasil Alfabetizado foi iniciado no ano de 2003, com o objetivo de reduzir o número de brasileiros em estado de analfabetismo funcional, conceito definido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para as pessoas que estudaram menos de quatro anos ou que não tem habilidade de ler ou escrever um simples bilhete. O programa teve, e tem, o apoio dos estados, municípios, organizações não governamentais (ONGs) e instituição superior (IES).

O Programa Brasil Alfabetizado busca se afirmar como uma política pública, que por ser uma formação continuada, além de se preocupar com a alfabetização em português e matemática, preocupa-se também com a continuação dos estudos dos recém-alfabetizados. Segundo o referido programa, quando uma pessoa dá continuidade aos estudos, permite o fortalecimento da educação, uma vez que é um instrumento que promove benefícios na vida do ser humano, como melhores empregos, facilita a interação com as outras pessoas, dentre outros benefícios. É, diante disso, que o Programa Brasil Alfabetizado tem o objetivo de propiciar as pessoas oportunidades de estudarem no programa e, também, despertar nas mesmas o desejo de dar continuidade ao estudo. Como afirma Freire,

A fé nos homens é um dado a priori do diálogo. Por isso, existem antes mesmo de que se instale. O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontra-se frente a frente com eles. O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém em lugar de matar no homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem de responder. Está convencido de que este pode fazer e transformar, mesmo que negado em situações concretas, tente a renascer (2005, p. 93-94).

Assim, de acordo com o autor, é de fundamental importância que haja diálogo entre as pessoas que constituem uma instituição, para que haja o diferencial na vida do educando, uma vez que possibilita uma visão realista e de melhores benefícios, tanto na vida pessoal como na profissional, possibilitando reflexão acerca do valor de continuar estudando.

Dessa maneira, para os estudantes que não tiveram oportunidades de estudarem e continuarem os seus estudos, a EJA, por ser uma modalidade específica da Educação Básica, tem o propósito de atender a esse público que pode ser constituído por jovens com faixa etária de quinze ou mais anos e, também, por adultos que buscam aprimorar seus conhecimentos e, assim, possuírem melhores condições de vida. De acordo com Aldrigue e Faria (2009, p. 215),

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, o domínio das habilidades da leitura e da escrita está intrinsecamente ligado às necessidades do mundo contemporâneo. Isto porque os(as) alunos(as) dessa modalidade do ensino têm características específicas. São alunos(as) cujas experiências e anseios de uma vida melhor requerem um olhar diferenciado no processo de ensino.

Embora, muitos alunos da EJA sintam dificuldades na leitura e na escrita, no entanto, trazem consigo muitas experiências, as quais contribuem com a sua aprendizagem, por isso, os processos de alfabetização, de forma mais abrangente, o letramento, não pode ser separados do processo de construção e cidadania.

Então, devido a essa importância, no próximo capítulo, apresentaremos alguns conceitos e discussões acerca do letramento, o qual irá abordar as práticas de leitura e escrita presentes na vida dos jovens e adultos.

3 LETRAMENTO

Todo indivíduo é letrado, mesmo que ele seja não alfabetizado, ou seja, não tenha aprendido a ler e a escrever convencionalmente, pois através da ajuda de outra pessoa pode utilizar a escrita para se comunicar, sabendo, por exemplo, da estrutura de uma carta, apesar de não saber escrevê-la². Assim, uma pessoa mesmo que não seja alfabetizada, sabe o ônibus certo que deve pegar, sabe o valor do dinheiro, sabe distinguir a mercadoria pela marca, isso devido aos seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, ou seja, os conhecimentos obtidos na experiência (conhecimento de mundo), que devem ser valorizados e reconhecidos.

Muitas pessoas acreditam que uma pessoa letrada é uma pessoa alfabetizada, entretanto, letramento é algo amplo, que se dar por meio de influências sociais. Já alfabetização está relacionada a uma pessoa que domina a leitura e a escrita. Como se faz presente nas palavras de Soares (2010, p. 24):

Uma última inferência que se pode tirar do conceito de letramento é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma, letrado (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a letramento). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulários e estruturas próprios da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita.

Apesar de alfabetização não ter a mesma finalidade que o letramento, entretanto, um complementa o outro, pois a alfabetização acontece quando o letramento faz parte, uma vez que o ser humano só vai compreender um texto e ter habilidade na escrita se tiver um conhecimento de mundo que proporciona a interpretação, e esta contribuirá para facilitar a compreensão da leitura e desenvolver uma escrita coerente e adequada para o tema proposto. Como afirma

² A exemplo da cena representativa do filme Central do Brasil, em que Dora redige cartas em um terminal rodoviário, Kleiman (2005).

Freire (2005, p. 79), “(...) ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Sendo assim, pode-se dizer que o letramento é um processo de inserção e participação na cultura escrita, como define Kleiman (1995, p. 18 – 19): “Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos (...)”. Dessa forma, é perceptível que o domínio formal da leitura e escrita é de suma importância para o desenvolvimento educacional do ser e deve reconhecido como práticas sociais.

A propósito dessa compreensão, Tfouni (2010, p. 96) nos esclarece que o indivíduo letrado e alfabetizado é mais poderoso, ou seja, tem mais oportunidade e condição de adentrar em melhores caminhos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, do que um indivíduo letrado e não alfabetizado, visto que a inserção em uma sociedade letrada, não quer dizer que seja assegurada formas iguais de participação.

Muitas pessoas acreditam que um sujeito que “possivelmente não possui letramento” é iletrado, contudo, de acordo, também, com Tfouni (2010, p. 24), não se pode considerar a palavra iletrado como antônimo de letrado, pois este não chega ao “grau zero” o que muda é, justamente, o nível de letramento de cada um. Como a autora ressalta: “Do ponto de vista do processo sócio histórico, o que existe de fato nas sociedades industriais modernas são “graus de letramento”, sem que com isso se pressuponha sua inexistência.”

Até uma criança que nunca foi à escola, que não sabe ler nem escrever pode ser considerada letrada, uma vez que ela, ao ver imagens em um livro, pode fazer a sua interpretação. Também pode haver pessoas que estudaram, logo sabem decodificar as palavras, todavia, apresentam grandes dificuldades para interpretar textos, como também para escrever. Dessa maneira, percebe-se que há diferentes tipos de letramento, os quais estão ligados às necessidades e exigências de uma sociedade e de cada ser humano no seu meio social. Como fica nítido nas palavras de Soek, Haracemiv e Stoltz (2009, p. 40):

O letramento não se restringe ao aprendizado automático e repetitivo dos códigos convencionais da leitura e da escrita ensinados tradicionalmente nas escolas, mas denota o trabalho com seus diferentes usos na sociedade, na vida cotidiana. Assim, o letramento não acontece apenas dentro das classes de alfabetização. Ele acontece antes e durante a alfabetização e continua para o resto da vida.

O letramento não acontece apenas na escola, acontece na família, na igreja, na comunidade, no trabalho, no entanto, cabe à escola aprimorar os conhecimentos dos educandos com relação à leitura e a escrita. Saber ler e escrever um montante de palavras não é o bastante para se tornar apto a fazer leituras diversificadas e muito menos compreendê-las.

Proença Filho (2007, p. 75 - 77) afirma que, para Bakhtin, o indivíduo é influenciado pelo contexto histórico-social. Ele mostra a importância do conhecimento de mundo e como este interfere no nível de compreensão do texto, na leitura. Assim, as pessoas ao escreverem seus textos passam várias informações obtidas através das inúmeras experiências; conhecimentos adquiridos no local onde vive e com as pessoas com quem tem contato, por isso, quando as pessoas vão ler um texto deve buscar informações sobre o autor, a época e dentre outras estratégias que possibilitem um melhor entendimento. De acordo com os PCN (1997, p. 53):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: característica do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informações da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita.

Ao ler um texto é fundamental que o leitor não despreze nenhuma possibilidade que o ajude a compreendê-lo, desde o gênero textual, ao qual está inserido, até a maneira como o escritor quis transmitir sua mensagem. Desta forma, a educação de jovens e adultos (EJA) tem o intuito de contribuir através da leitura e da escrita a formação dos indivíduos, visto que, o ensino concentra-se na qualidade

e respeito às pessoas que buscam aumentar o seu nível de escolaridade, porque aumenta as possibilidades de inserção social, a exemplo do mercado de trabalho.

Os alfabetizados jovens e adultos mesmo que, por algum motivo, não frequentaram a escola regular, sabem conviver com diferentes gêneros textuais, como, por exemplo: documentos, propagandas, rótulos etc. Além disso, ao iniciarem o processo de alfabetização, os mesmos já apresentam diferentes conhecimentos sobre o mundo letrado. Por isso, os profissionais que atendem à educação de jovens e adultos devem conhecer a realidade dos educandos para que estes se sintam entusiasmados por estarem estudando e buscando informações para ampliar seus conhecimentos e, também, exigem do educador um olhar cuidadoso a respeito das questões que norteiam a relação docente, discente e conhecimento, levando em consideração as experiências de cada aluno, que, por sua vez, tem muitas que podem contribuir com a sua própria formação. Para Freire (1996, p. 23),

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os contam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém.

Um professor que sempre reavalia a sua metodologia, que busca informações constantemente para melhorar o seu nível de ensino, é capacitado para ensinar uma turma, principalmente, da EJA, pois esta requer muito mais dos docentes, devido a sua clientela ser diversificada e que, muitas vezes, deixou de estudar por diversos motivos, como: falta de interesse, condições financeiras, dentre outros. Posteriormente, observando a importância, tanto na área de trabalho, como para aprimorar seus conhecimentos, voltam a estudar. Como Lemos (1999, p.25) no afirma:

Os adolescentes e adultos procuram a escola, inicialmente, motivados pelas expectativas de conseguir um emprego melhor, ou então são levados pelo desejo de elevação da autoestima, da independência e da melhoria de sua vida pessoal, como por exemplo, dar bons exemplos aos filhos, ajudá-los em suas tarefas escolares etc. Em síntese, pode-se inferir que o maior motivo da procura da escola é a necessidade de fixação de sua necessidade como ser humano e ser social.

Por isso que o educador deve respeitar e aproveitar o interesse dos educandos para capacitá-los de acordo com seus conhecimentos prévios, proporcionando reflexões/debates de acordo com os assuntos apresentados pelo currículo escolar. Segundo Freire (1996, p. 22), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Assim, fica claro que o desenvolvimento educacional do ser humano depende muito da maneira como o docente transmite e possibilita uma interação e reflexão na sala de aula permitindo que o próprio discente forme/crie seu conceito.

Para facilitar a compreensão deste assunto, será apresentado dois subcapítulos: práticas de leitura na escola e práticas de escrita na escola.

3.1 Práticas de leitura na escola

Quando se fala em leitura, geralmente, relacionamos as que realizamos de jornal, revista, livro de romance, entre outras, no sentido de simples decodificação de letras. Será que a leitura é necessariamente isso? Não, ela exige do leitor muito mais do que decodificar as letras e as palavras, necessitam das experiências e conhecimentos prévios, os quais facilitam na compreensão.

Ler é essencial para o processo de ensino-aprendizagem. Através da leitura ampliamos nossos conhecimentos, visitamos novos mundos e trocamos novas experiências, em um intercâmbio de informações, interação e busca de saberes. Através dos textos que lemos, estabelecemos contato com outras culturas e outras formas de pensar. Nada desenvolve mais a capacidade verbal que a leitura. Através dessa atividade intelectual, percebemos o uso e o funcionamento da língua, portanto, ler é ter contato com essa fala; daí conhecer sua estrutura e seu uso.

A leitura é uma fonte de conhecimento em todas as áreas e em todos os níveis de ensino. E, principalmente, um instrumento de desenvolvimento social que possibilita combater as desigualdades sociais. Por essa razão, sua aquisição se torna urgente em turmas da EJA, em que os alunos, excluídos do Ensino Normal, retornam às salas de aula para obter sua certificação básica. E, assim, podem alcançar outras oportunidades de ensino e emprego.

Entretanto, apesar da leitura ser uma fonte inesgotável de conhecimento, uma boa parte da população não aprecia ou não tem interesse em praticá-la. Eis um grande problema enfrentado por professores de todas as disciplinas, a nova geração de alunos que encontramos no dia a dia em sala de aula, não se sente motivada a ler, principalmente aqueles que são alunos da EJA. Nesse pensamento, Matta (2009, p. 70) acrescenta que

A constatação de um fracasso generalizado com relação ao ensino de leitura na escola é, entretanto, inegável. Por isso, é urgente para nós todos, professores de jovens e adultos, entendermos que a leitura deve significar uma possibilidade real da inserção dos nossos alunos no mundo da informação e conseqüente conhecimento para um efetivo exercício da cidadania, pois a possibilidade de intervenção na realidade se faz pelo domínio que a condição de leitor oferece aos sujeitos.

Assim, o fracasso da leitura na escola, infelizmente, é algo que está presente na vida escolar, como citou a autora acima, no entanto, esta questão está sendo bastante debatida, justamente para mudar este fato e possibilitar aos educandos uma nova visão a respeito da leitura e o quanto ela é indispensável na vida do ser humano.

A leitura é fundamental para o desenvolvimento educacional do ser, formar um leitor competente que compreenda, além do que está escrito, exigindo do leitor a capacidade de identificar elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto em que está lendo e outros já lidos, conscientizando-se de que um texto pode ter diferentes sentidos. Ler, portanto, não é uma tarefa fácil, requer muita dedicação e uma prática constante envolvendo diferentes textos.

Diante disso, a prática da leitura assume um papel crucial na construção e legitimação das identidades sociais, conduzindo o sujeito a um posicionamento crítico diante das situações que ocorrem na sociedade, influenciando o indivíduo na sua forma de ser e agir, nos seus valores, crenças, sentimentos e preconceitos. Quanto a isso, afirma Hall (2001, p. 21),

uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença.

Nessa linha, os alunos devem ser vistos não como iguais, mas como diferentes, visto que a sociedade moderna é marcada pela diferença e é nessas diferenças ou por meio delas que construímos nossas identidades. Nesse contexto, Silva (2011) entende que antes de tolerar, respeitar e admitir essas diferenças, é preciso explicar como elas são ativamente produzidas, é incentivar o aluno a questioná-las. Para este autor,

a pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (p. 92).

Quando o professor leva para sala de aula textos que atraem os discentes e busca estratégias que chamem a sua atenção, mesmo aqueles que não se interessam pela leitura ficam curiosos e têm vontade de fazê-la. Assim, percebe-se que quanto mais o professor utiliza metodologias adequadas à realidade dos seus alunos, está dedicado em estimular o gosto da leitura e compreensão do texto, mais estes se entusiasmam e se dedicam. A leitura em sala de aula deve ser polemizada, discutida para fazer com que os alunos ampliem sua capacidade de criticar, de defender seu ponto de vista e de discutir. Como se faz presente nas palavras de Schwartz (2012, p. 156),

Para ler, o aluno precisa de informações para refletir. O desenvolvimento de estratégias de leitura pode ser estimulada de diversos modos. Um deles é fornecendo pistas para antecipar o que está escrito. Para tal, pode-se utilizar o texto com imagens. Esse texto pode ser constituído de jornais, revistas, livros ilustrados, cartazes. O professor mostra uma foto de um estádio de futebol cheio e pergunta: "O que pensam que está escrito aqui?"

Além disso, o professor deve levar em consideração as experiências socioculturais de cada aluno, comprometendo-se com a pluralidade, para que o jovem ou adulto se identifique nesse contexto. Para tanto, faz-se necessário saber quem é esse indivíduo, onde e como vive e qual o seu histórico de vida. Pois como afirma Carrano (2008, p. 114),

A compreensão dos processos de socialização contemporânea dos jovens podem contribuir para o diálogo intergeracional no cotidiano escolar. Parto do princípio de que muitos dos problemas que os educadores enfrentam nas muitas salas de aula e espaços escolares deste país como os jovens alunos têm origem em incompreensões sobre contextos não escolares, os cotidianos e os históricos mais amplos, em que esses estão imersos. Dito de outra forma, torna-se cada vez mais improvável que consigamos compreender os processos sociais educativos escolares se não nos apropriarmos dos processos mais amplos de socialização.

Este autor ressalta em suas palavras que é essencial adentrar no universo social dos alunos, visto que à medida que o professor for adentrando no contexto social ele terá mais domínio de dialogar e possibilitar um ambiente que favoreça um enriquecimento de conhecimentos, pois um indivíduo vive em constante mudanças, as quais são influenciadas pelo seu meio social, possibilitando, assim, um ser com várias identidades dependendo do ambiente o qual se encontra.

Diante do posicionamento das identidades dos indivíduos, Hall (2001) explica que o sujeito é multifacetado e descentrado, isto é, não possui uma, mas várias identidades, as quais a todo o momento estão sendo construídas e reconstruídas, desta maneira, o educador deve levar em consideração estas identidades dos educandos para facilitar o desenvolvimento da aprendizagem, principalmente, com relação à leitura.

3.2 Práticas de escrita na escola

A escrita é de suma importância para o desenvolvimento da sociedade, pois a mesma faz parte do dia a dia das pessoas, independente do grau de escolaridade, vivemos em uma sociedade grafocêntrica, ou seja, a escrita é o centro da sociedade e possibilita a sua ascensão. Segundo Marcuschi (2010, p. 16-17

Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um status mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Considerando os fatores expostos pelo autor, observa-se que a escrita ocasiona benefícios sociais, mas também intelectuais e para possuir o seu domínio, geralmente, é durante o período da alfabetização, que tem início desde as primeiras formas de registros alfabéticos e ortográficos até a produção de textos. O ensino da escrita na escola deve proporcionar aos educandos a capacidade de produzirem textos que estejam com coerência e coesão, seguindo as características de um gênero textual.

Desta maneira, para que a escola obtenha êxito na escrita dos seus alunos, é necessário que o docente possibilite aos alunos diversos contatos com os gêneros textuais, mostrando que, em cada texto, o indivíduo deve estar consciente da sua estrutura e do assunto que irá abordar. Não esquecendo que o seu texto deve possibilitar informações precisas e que o mesmo possa contribuir no desenvolvimento da sociedade, uma vez que, quando alguém escreve algo, não escreve para si, mas para outras pessoas terem conhecimentos do que você escreveu. Como afirma Matta (2009, p. 136),

Os alunos devem ser levados a escrever textos que correspondam aos diferentes usos sociais da escrita. Para isso, deve-se ter cuidado com as tradicionais práticas da redação escolar, pois cada jeito de escrever determinado texto ganha sentido e se justifica porque respondem a uma diferente função interativa. Ou seja, só se escreve bem um texto quando se sabe a função que ele vai cumprir na sociedade.

Saber planejar a escrita do texto sem contradições, com o tema central e que cative o interesse dos leitores pelo texto, é responsabilidade da escola. Assim, é fundamental que os docentes busquem constantemente práticas que permitam a aprendizagem dos discentes. Os professores, em especial, os da educação de jovens e adultos, devem analisar que os alunos já têm conhecimento da escrita, mesmo que estes não sejam alfabetizados. Como se faz presente nas palavras de Soek, Haracemiv e Stoltz (2009, p. 41),

Os alfabetizando jovens e adultos, por mais que não tenham frequentado a escola regular, convivem no meio social com diferentes tipos de escritas, tais como documentos, propagandas, rótulos, etc. Além disso, ao iniciar o processo de alfabetização já trazem consigo diferentes hipóteses sobre o mundo letrado, função da leitura e da escrita, assim como toda uma experiência com a oralidade.

Assim, ao se trabalhar a escrita, deve levar em consideração inúmeros aspectos que o educando tem para contribuir na construção de um texto. Primeiramente, deve analisar se o gênero textual que irá trabalhar será condizente com a realidade de seus alunos, se os mesmos têm contato constantemente ou se pelo menos o conhece, se o assunto que será trabalhado é conhecido, pois a escrita é bastante complexa, principalmente, para quem aqueles que não praticam a escrita no seu dia a dia. Faz-se imprescindível ressaltar o que Cagliari (2009, p. 88) diz a esse respeito:

Não basta saber escrever para escrever. É preciso ter uma motivação para isso. Grande parte da população das cidades trabalha em serviços que não exigem a escrita. Por isso, os programas de alfabetização – sobretudo de adultos – precisam ser elaborados não em função de uma cultura julgada ideal e excelente para todos, mas de acordo com as reais necessidades e anseios de cada um. A arte literária não é motivação para a escrita para todas as pessoas, pelo contrário, penso que é de fato para poucas.

Por isso, ao propor uma produção textual, é fundamental que busque saber o que os alunos esperam da escrita, o que eles pensam a esse respeito, fazendo com que os mesmos participem, opinem sobre as atividades desenvolvidas. Dessa

maneira, a escola busca a participação dos discentes, cativando-os a sentir prazer e necessidade de escrever.

4 O DIZER DOS EDUCADORES E EDUCANDOS SOBRE O LETRAMENTO ESCOLAR NA EJA

4.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa, realizada no 2º semestre 2014, trata-se de uma investigação de natureza qualitativo-interpretativa, uma vez que o objetivo principal é analisar e refletir acerca dos dados coletados pelas entrevistas realizadas com os docentes e os discentes a respeito dos desafios presentes no domínio da leitura e da escrita na modalidade EJA.

A entrevista foi realizada com os alunos e professores do primeiro ano do Ensino Médio, turno noite, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Jardimilina Cruz Pereira, localizada na zona rural do município de Mulungu/PB, a qual desenvolve o trabalho com a EJA.

Os discursos coletados, através dos questionários, serão interpretado, discutidos e correlacionados com a fundamentação teórica abordada neste trabalho.

4.2 Apresentação do questionário

Fizemos um questionário direcionado para os educadores (em anexo) contendo quatro questões discursivas relacionadas às práticas desenvolvidas na sala de aula com o intuito de observar, através das respostas dos entrevistados, se as suas metodologias proporcionam a atenção, a contribuição e o prazer da leitura e da escrita na vida dos educandos que cursam o primeiro ano do ensino médio, turno da noite.

Também foi realizado um questionário com cinco questões para os alunos (em anexo) com o propósito de analisar se os mesmos gostam das práticas utilizadas pelos professores, se estes estão valorizando os conhecimentos prévios dos alunos e se estão contribuindo com a formação e provocação diante do ato de ler e escrever. A partir dessas informações, os discentes poderão contribuir com possíveis orientações metodológicas, conforme suas concepções, as quais os docentes poderão utilizá-las para melhorar as intervenções pedagógicas.

4.2.1 O que dizem os educadores?

Na primeira questão, interrogamos: “Quais são as práticas pedagógicas que você utiliza para contribuir no desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos?”

A prática pedagógica é o diferencial para cativar o gosto da leitura e o desenvolvimento da escrita, neste propósito, busco o direcionamento de leituras que estejam relacionadas aos aspectos do dia a dia dos alunos em diversos gêneros, cativando o debate e em seguida a escrita, baseando-se nas suas concepções conforme a socialização. (Entrevistado 1)

Trabalho bastante a leitura individual e em grupo. Também trabalho a interpretação textual e produções de redações com base nos textos lidos, porém, levando em consideração o conhecimento individual de cada aluno. (Entrevistado 2)

A favor do desenvolvimento da prática pedagógica em sala, mesmo não sendo atividades propriamente ditas de leitura, há subsídios para interpretação do texto relativo às aulas, assim como escrita por extenso e sistematização escrita das respostas, dos cálculos, etc. Assim fomentando a interdisciplinaridade com outras matérias, possibilito aos educandos escritas de textos e frases, facilitando assim o desenvolvimento da lecto-escrita deles, assim como elevação do vocabular seja na área (matéria) atendida ou outra temática que esteja sendo trabalhada. (Entrevistado 3)

As práticas pedagógicas utilizadas pelos professores propiciam um desenvolvimento eficaz na aprendizagem dos alunos, visto que elas ajudam na concentração, na troca de conhecimentos e, principalmente, no interesse dos educandos em ampliar seus conhecimentos, tanto direcionados à leitura como à escrita, não tendo como meta apenas o diploma. Assim, foi notável que as práticas pedagógicas relatadas pelos educadores estão de acordo com as orientações curriculares, coerente com os anseios e as necessidades dos alunos da EJA.

Dessa forma, os docentes estão utilizando situações de ensino-aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos estudantes, pois estes pertencem, muitas vezes, a uma parcela da população socialmente excluída do acesso aos bens de consumo, que não recebe salários dignos para viver em uma melhor condição conforme afirma a perspectiva de Freire (2005).

Na segunda questão, se faz presente a seguinte indagação: “Seus alunos sentem dificuldades ao ler e escrever textos relacionados a diferentes gêneros textuais? Em sua opinião, quais são os principais motivos?”

Alguns sim, pois a ausência do hábito da leitura desde a infância condiciona a desmotivação à leitura, refletindo na interpretação e na escrita, o que promove lacunas no entendimento e na prática nos mais diversos gêneros textuais. (Entrevistado 1)

Sim. A falta da prática de leitura. (Entrevistado 2)

Em sua grande maioria encontra dificuldades mais na escrita do que na leitura, já que não são familiarizados com diversos gêneros textuais, se inibem ao compor um texto que seja “diferente do habitual”. Há algumas exceções enquanto a leitura, mas dá para perceber o desconforto e apatia a outros gêneros que não conhecem. Relaciono o motivo com a carência de outros meios textuais em atividades, aos professores que seguem a forma tradicional e não se veem empolgados para trazer a mesma matéria ou conteúdo de outra forma, como: cordéis, revistas, poesias, etc. (Entrevistado 3)

Apesar da grande importância de um indivíduo saber ler e escrever diferentes gêneros textuais, podemos observar nos relatos dos docentes que a maioria dos alunos sente dificuldade na leitura e na escrita, porque, segundo os entrevistados, deve-se à falta de hábito, a qual deveria ser cativada desde criança. Seria, portanto, necessária a apreciação da leitura e escrita, mostrando o quanto estas práticas podem mudar e colaborar com a vida de cada indivíduo.

Além do que já foi citado pelos entrevistados, o terceiro ainda acrescenta que os alunos sentem mais dificuldade na escrita do que na leitura por causa da não familiaridade com diversos gêneros textuais, sabendo que cada gênero textual possui suas características próprias.

Os alunos por não terem conhecimento a respeito de muitos gêneros textuais, por razão, muitas vezes, dos educadores não abordarem em sala de aula nem explicá-los, acabam se inibindo e acreditando que não têm capacidade ou não conseguem escrever determinado gênero textual, o que ocasiona a desmotivação ao escrever determinado texto. Como nos relata Schwartz (2012, p. 20):

Nesse sentido, a maneira como o professor planeja as aulas e as desenvolve, pode contribuir para a criação (ou não) de um clima motivacional para a aprendizagem.

Conseqüentemente, se queremos motivar adequadamente os sujeitos, precisamos saber de que maneira nossos padrões de atuação podem contribuir para a criação de ambientes favoráveis para a aprendizagem.

Motivar os alunos a gostarem de estudar e sentir confiança na sua capacidade intelectual não é uma tarefa fácil, porém quando o professor tem plena convicção que a sua atuação pode fazer toda a diferença na vida do ser, ele busca aprimorar a maneira com a qual transmite o conhecimento, contribuindo, então, com o desejo de ampliar e contribuir com a atuação dos seus alunos tanto na sala de aula como na sociedade.

Na terceira questão, foi abordada a seguinte pergunta: “Como os alunos reagem às estratégias aplicadas na sala de aula?”

Em sua maioria, com o desejo de aprimorar e praticar o norteamento proposto, contudo há aqueles que só as realizam as atividades por obrigação. (Entrevistado 1)

Com bastante empolgação e vontade de participar da aula. (Entrevistado 2)

A priori, há certo estranhamento quando há o “novo”, mas com a explicação inicial e o desenvolvimento da prática, as estratégias que vem sendo adotadas para melhoria tanto na aprendizagem como no desenrolar das estratégias surtem efeitos, tornando muitas vezes um conhecimento mais significativo, descomplicando como é abordado nos livros para uma aprendizagem relacionada com o cotidiano, tornando fácil o entendimento. (Entrevistado 3)

As estratégias utilizadas em sala de aula são fundamentais para o desenvolvimento educacional do ser humano, entretanto, de acordo com o primeiro entrevistado a maioria dos educandos tem o desejo de aprimorar seus conhecimentos, mas também há aqueles que só realizam as atividades propostas apenas por obrigação, os quais não se preocupam em aprimorar sua aprendizagem e, assim, aumentar o seu nível de letramento. Como afirma Soares (2010, p. 72),

Aqueles que prioriza, no fenômeno letramento, a sua dimensão social, argumentam que ele não é um atributo unicamente ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social.

A autora nos expõe que o letramento acontece por meio do contato que o indivíduo tem com outras pessoas, sendo assim, a sala de aula é um meio propício para aprimorar seus conhecimentos na leitura e na escrita, mesmo que um educando esteja interessado apenas na aprovação, ele adquire e compartilha conhecimentos com seus colegas.

O segundo entrevistado abordou que, ao utilizar as estratégias na sala de aula, proporciona aos alunos empolgação e o desejo de contribuir através de seus conhecimentos os assuntos trabalhados, sabendo que, é indispensável para ampliar a formação tanto do professor como do aluno. Como é perceptível nas palavras de Freire (1996, p. 24),

Quando vivemos autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, direta, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mão dadas com a decência e com a seriedade.

Ensinar exige do educador estratégias que movimente a turma, permitindo que a mesma seja, também, uma facilitadora de ideias, as quais irão possibilitar na aprendizagem de quem está atuando.

Já o terceiro entrevistado relata que busca passar “novas” estratégias, estas que, muitas vezes, acabam proporcionando estranhamentos nos discentes, todavia, eles sentem motivados, curiosos e atraídos em querer aprimorar seus conhecimentos através do conteúdo trabalhado. Paulo Freire (1996, p. 86) também relata que

Neste sentido, o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Ser professor não é apenas transmitir conhecimento, mas aperfeiçoar suas estratégias para despertar o interesse e possibilitar ascensão tanto profissional como pessoal.

Na quarta e última questão, foi interrogada: “Quais são os objetivos que você deseja alcançar quando passa atividades referentes à leitura e a escrita?”

Busco cativar o gosto pela leitura e despertar a escrita crítica conforme o gênero e a temática trabalhada. (Entrevistado 1)

Melhorar a leitura e a escrita; despertar o interesse dos alunos pela leitura. (Entrevistado 2)

Como as atividades de leitura e escrita já vêm embasadas do que estamos trabalhando em sala ou as introdutórias, os objetivos iniciais são da aprendizagem/desenvolvimento de conteúdo, após atenta-se para a leitura, interpretação e a escrita subsequente. Já que não é fomentada a leitura em sala pela simples transmissão de conhecimentos, mas que esteja interligado a práxis, que os alunos consigam relacionar com o cotidiano e com seus conhecimentos prévios. (Entrevistado 3)

Todo professor ao planejar uma atividade tem o intuito de ampliar o desenvolvimento dos alunos com relação ao assunto trabalhado, por isso tanto o primeiro quanto o segundo entrevistado descreveu que os objetivos que eles buscam alcançar são, justamente, cativar o gosto da leitura e da escrita nos educandos, além de ajudar a escreverem textos críticos conforme os gêneros textuais.

Já o terceiro, menciona que é de suma importância além de contribuir na leitura, na interpretação e escrita, também, levar sempre em consideração o cotidiano dos alunos e os conhecimentos prévios, os quais permitem acrescentar a aprendizagem do alunado.

4.2.2 O que dizem os educandos?

Na primeira questão, fizemos a seguinte indagação: “As práticas pedagógicas utilizadas pelos professores estão proporcionando um desenvolvimento satisfatório na sua leitura e na sua escrita? Por quê?”

Sim, com certeza, os professores se esforçam para passar os conteúdos de maneira dinâmica e que permite uma melhor aprendizagem, já que fazia tempo que estudamos. Pois a leitura nos ajuda a se desenvolver melhor tanto na interpretação como na escrita. (Entrevistado 1)

Sim, debatendo os assuntos e lendo com a gente na sala. (Entrevistado 2)

Sim, estão nos ajudando a aprender mais do que a gente já sabe e também estão tirando as nossas dúvidas. (Entrevistado 3)

De acordo com as respostas dos entrevistados, observamos que eles têm consciência do quanto é importante as práticas pedagógicas trabalhadas nas aulas para obter um desenvolvimento significativo na aprendizagem, assim como a busca e o empenho de seus professores em utilizá-las de maneira que despertem o interesse dos alunos; e estes, reconhecem a dedicação e o esforço dos professores em contribuir no seu entendimento. Em contrapartida, o segundo entrevistado em sua resposta só relatou a maneira com a qual os professores trabalham, mas não disse os benefícios que obtém através das práticas pedagógicas.

Na segunda questão, perguntamos: “Na sua concepção, a leitura e a escrita pode mudar a vida de alguém? Justifique.”

Sim, sem a leitura e a escrita fica difícil ampliar os conhecimentos e emprego, quando criança não pensamos em nada disso, depois de adulto as dificuldades aparecem, daí vem o reconhecimento da importância do estudo. (Entrevistado 1)

Sim, porque para nós termos um trabalho digno é preciso uma boa leitura e uma boa escrita. (Entrevistado 2)

Sim. Porque a leitura e a escrita são importantes para o nosso conhecimento e fica mais fácil para conseguirmos empregos. (Entrevistado 3)

Quanto às contribuições da leitura e da escrita na vida do ser humano, é perceptível que os educandos reconheceram que é de grande valia para a sua vida, uma vez que contribuem para os seus conhecimentos e, também, para terem mais oportunidades de empregos.

Entretanto, o segundo entrevistado só descreveu a melhoria que a leitura e a escrita podem beneficiar melhores condições de empregos, tendo uma vida mais digna, porém, não mencionou o quanto permite ampliar o conhecimento

A terceira questão trata-se da seguinte interrogação: “Diante dos conteúdos abordados pelos professores, estes levam em consideração os conhecimentos prévios dos alunos? Por quê?”

Sim, no meu caso já estou na metade do caminho, só que preciso me aprofundar mais, ter mais conhecimentos e aprender mais as questões. (Entrevistado 1)

Sim, ouvindo o que nós temos a falar e nos ajudando nas dificuldades. (Entrevistado 2)

Sim. Eles param a aula e ficam escutando e até explicando, o que aumenta o conhecimento. Ex: perguntei sobre o racismo eu já sabia alguma coisa, mas o professor me ensinou que nós não somos macacos, somos seres humanos. (Entrevistado 3)

Nesta questão, observamos que os entrevistados reconheceram que os professores levam em consideração seus conhecimentos prévios, todavia, o primeiro entrevistado não soube expressar como os educadores fazem para escutar e levar em consideração seus conhecimentos adquiridos durante a vida estudantil e também os adquiridos fora da escola.

Já o segundo e o terceiro entrevistados souberam expressar o que é levar em consideração os conhecimentos prévios, pois relataram que os professores param as suas explicações para propiciarem oportunidades dos alunos expressarem seus conhecimentos sobre o assunto trabalhado, proporcionando, assim, um desenvolvimento satisfatório na aprendizagem dos seus colegas e também do professor, pois a medida que estão relatando sobre as suas experiências, estão contribuindo na formação e a maneira com a qual os educadores planejam suas aulas. Como nos relata Paulo Freire (2005, p. 79),

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

Assim, é louvável a contribuição que há no conhecimento dos alunos quanto à aprendizagem, tanto por parte do professor como da deles, visto que a interação possibilita o desenvolvimento de todos os sujeitos envolvidos.

Na quarta questão, se faz presente a seguinte indagação: “Você sente dificuldade ao ler e ao escrever textos que são passados pelos professores? Justifique.”

Não, tenho apenas dificuldade na disciplina de matemática e inglês, mas como os professores são pacientes, educados e gentis não tem como deixar de aprender, basta a gente não desistir. (Entrevistado 1)

Sim, muitas vezes ao ler me confundo com as letras e acabo errando na leitura e na escrita. Eu atrapalho um pouco nas palavras com letras que tem som diferente. (Entrevistado 2)

Não. Porque já sei ler e os professores colocam os alunos para ler na sala de aula, é bom para o desenvolvimento do aluno e também porque aprendemos cada vez mais a ler. (Entrevistado 3)

Através das repostas dos alunos nesta questão, é notável que apenas um entrevistado sente dificuldade ao ler e ao escrever na sala de aula, os outros entrevistados disseram que não sentem dificuldades, pois já sabem ler e escrever.

Nas palavras do primeiro entrevistado, percebe-se que ele não sente dificuldade na leitura e na escrita, pois cita apenas a disciplina de matemática e inglês, entretanto, o mesmo relata que, apesar das dificuldades, os professores são: educados e gentis, o que contribui bastante para a ampliação do conhecimento e, também, cativa a perseverança em não desistir. Como cita Schwartz (2012 p. 75),

Para ensinar esse sujeito jovem e adulto a ler e escrever é preciso, portanto, que o professor se apoie também em conhecimento científico (re)construído sobre motivação. Assim ele estará adequadamente preparado para lidar com o medo do fracasso, com as expectativas negativas, com o autoconceito negativo, com o desamparo aprendido.

O professor deve estar preparado para todas as dificuldades encontradas na sala de aula, visto que ele encontra alunos com perspectivas negativa, que não sentem motivação nem vontade em aprimorar seus conhecimentos, em compensação necessita se aprofundar em conhecimentos científicos para contribuir no cativar e um olhar diferenciado a respeito da aprendizagem dos seus discentes.

O terceiro entrevistado mencionou que os professores sempre colocam os alunos para ler, o que contribui bastante para melhorar o desenvolvimento e habilidade da leitura na sala de aula.

Na quinta e última questão, perguntamos: “Quais as metodologias você gostaria que os professores trabalhassem na sala de aula?”

Mais questões, mais trabalhos em grupos e desafios. A EJA é o resumo de tudo que nós estudamos, então o tempo é pouco para nós, dependemos dos nossos professores para chegar lá pouco ou muito, particularmente me esforço muito para não desistir dos meus sonhos desde sempre. (Entrevistado 1)

Eu queria que os professores trabalhassem com filme e redação para que nós pudéssemos desenvolver mais. (Entrevistado 2)

Para mim está ótimo o modo como os professores dão aulas. (Entrevistado 3)

As metodologias utilizadas pelos professores são essenciais para o desenvolvimento do letramento dos alunos, por isso que o primeiro e o segundo entrevistados expressaram suas opiniões para melhorar as metodologias abordadas pelos educadores, pois relataram que era necessário trabalhar com mais questões, em trabalhos em grupos, desafios, filmes e produções textuais.

Já o terceiro entrevistado descreveu que a maneira como os professores trabalham é suficiente para a sua aprendizagem. Segundo Aldrigue e Faria (2009, p. 208),

Para que o(a) aluno(a) avance em seu processo de letramento, faz-se necessário que o(a) professor(a) alfabetizador(a) planeje e adote determinadas estratégias: os (as) alunos(as) devem experimentar e ampliar suas formas de expressão, a partir de trabalhos em grupos que favoreçam a troca de experiências, que promovam momentos em que os(as) educandos(as) se expressem em pequenos grupos, ou em grupos maiores, em conversas voltadas para determinadas temáticas [...].

Então, é necessário que o educador sempre busque modificar suas estratégias e observar as que têm melhores rendimentos, que por sua vez devem ser executadas para, assim, obter um melhor rendimento no letramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou o estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos ao longo de sua história no Brasil, a qual teve início com os jesuítas e o olhar voltado à formação cristã. Contudo, com a expulsão deles, há novos direcionamentos conforme os interesses do Estado até chegarmos aos paradigmas atuais, que enfocam a inclusão e a formação cidadã.

Esta pesquisa também favoreceu adentrar, de forma mais aprofundada, no campo de estudos do letramento, o qual é amplo e, por isso, muitas vezes, confunde-se com a alfabetização. Todavia, esclarecemos que a alfabetização está relacionada ao domínio da leitura, da escrita e da interpretação, já o letramento ocorre por meio das práticas sociais, isto é, uma pessoa que nunca frequentou a escola é considerada letrada, pois realiza diversas atividades permeadas pela escrita, a exemplo do reconhecimento do ônibus que o levará ao destino desejado, a compra de um produto específico, o troco recebido, dentre outras situações.

Diante dessas abordagens, discutimos as práticas de leitura e escrita a partir da perspectiva do estudos do letramento. Assim, a pesquisa, realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Jardimina Cruz Pereira, na turma do 1º ano da EJA, apresentou através dos relatos dos professores e alunos entrevistados, quais as práticas pedagógicas utilizadas pelos educadores e sua implicação no processo de ensino. Segundo os relatos, o letramento se faz presente à medida que há trocas de informações e conhecimentos, contribuindo, assim, na aprendizagem significativa dos educandos.

Por fim, constatamos que este trabalho favoreceu a percepção de que os educadores se esforçam na busca de práticas diferenciadas, as quais contribuem com a formação dos educandos da EJA. Contudo, faz-se necessário mais investimento na preparação dos professores, para que estes consigam mobilizar diversas estratégias, cativando os alunos, ao mesmo tempo, possibilitando-os reconhecerem e valorizarem o conhecimento. Nesse sentido, o nível de letramento é ampliado, quando o indivíduo é provocado e inserido em um contexto em que haja a relação concreta entre a teoria e a prática social.

REFERÊNCIAS

ALDRIGUE, Ana Cristina de Sousa; FARIA, Evangelina Maria de Brito (Orgs.) v.3. **Linguagens: usos e reflexos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/ Secretaria de Educação de Educação Fundamental**. Brasília, 1997.

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; Rossi (Orgs.) v. 1. **Trilhas do aprendente**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CARRANO, Paulo. *Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades*. In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativo**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

Brennand, Edna Gusmão de Góes; ROSSI, Sílvio José (Orgs.) v.1. **Trilhas do Aprendente**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

HALL, Stuart. *A Identidade em questão*. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas, SP: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

LEMOS, Marlene Emília Pinheiro de. Proposta curricular. In: **Salto Para o Futuro – Educação de jovens e adultos/Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATTA, Sozângela Schemim da. **Português – Linguagem e Interação**. Cutiliba: Bolsa Nacional do Ltda. 2009.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar/** Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.

PROENÇA Filho, Domício. **A linguagem literária**. 8. ed. São Paulo: Ática. 2007.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. *A produção social da identidade e da diferença*. In: _____ (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOEK, Ana Maria; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves; STOLTZ, Tânia. **Mediação pedagógica na alfabetização de jovens e adultos**. Curitiba: Positivo. 2009.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47)

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

APÊNDICE

Questionário direcionado ao professor:

1- Quais são as práticas pedagógicas que você utiliza para contribuir no desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos?

2- Seus alunos sentem dificuldades ao ler e escrever textos relacionados a diferentes gêneros textuais? Em sua opinião, quais são os principais motivos?

3- Como os alunos reagem às estratégias aplicadas na sala de aula?

4- Quais são os objetivos que você deseja alcançar quando passa atividades referentes à leitura e a escrita?

Questionário direcionado ao aluno:

1- Em sua opinião, as práticas utilizadas pelos professores estão proporcionando um desenvolvimento satisfatório na sua leitura e na sua escrita? De que forma?

2- Na sua concepção, a leitura e a escrita pode mudar a vida de alguém? Justifique.

3- Diante dos conteúdos abordados pelos professores, estes levam em consideração os conhecimentos prévios dos alunos? De que forma?

4- Você sente dificuldade ao ler e ao escrever textos na escola? Justifique.

5- Quais as metodologias você gostaria que os professores trabalhassem na sala de aula?
